

**AGRICULTURA FAMILIAR, PLURIATIVIDADE E TURISMO  
RURAL: reflexões a partir do território fluminense<sup>1</sup>**

**FAMILY AGRICULTURE, PLURAL ACTIVITIES AND RURAL  
TURISM: reflexions concerning the fluminense territory**

Gláucio José Marafon

Professor do Departamento de Geografia/UERJ

E-mail: [glauciomarafon@hotmail.com](mailto:glauciomarafon@hotmail.com)

**Resumo**

O Território Fluminense encontra-se marcado por um intenso processo de urbanização que tem provocado profundas transformações socioespaciais. Entre elas destacamos as atividades associadas ao turismo rural contemporâneo, com a proliferação de hotéis-fazenda, *spas*, pousadas, e casas de segunda residência, e a manutenção e até mesmo o aumento da produção familiar. A proliferação dessas atividades possibilitou aos produtores familiares a inserção em atividades não-agrícolas e conseqüentemente o aumento da renda familiar. Porém esse processo ocorre nas áreas dos eixos de urbanização e próxima a RMRJ. Nas áreas mais distantes, os produtores familiares continuam na dependência da renda agrícola e enfrentando inúmeros problemas para a realização de suas atividades. Destarte, o objetivo desse ensaio é o de apresentar algumas características sobre as abordagens da produção familiar e suas estratégias de sobrevivência, seja através de empregos agrícolas ou não-agrícolas, e o papel que o turismo rural vem desempenhando nesse processo. Nossa reflexão está centrada a partir do território fluminense resultado de nossas investigações sobre as transformações que estão ocorrendo em seu espaço rural.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Pluriatividade. Turismo Rural. Território Fluminense

**Abstract**

The Fluminense Territory is marked by an intense process of urbanization that has led to serious social and spacial transformations. From these transformations is important to remmber the activities associated the rural turism, with the profileration of the so-called hotéis-fazendas, *spas*, resting hotels, low-income housing and the maintenance and even the widespread of family production.. The proliferation of these activities has made it possible for family producers an insertion into non-agricultural activities and consequently the growth of the average family income. But this process occurs in the areas within this axis of urbanization next to the RMRJ. In the most remote areas, the family producers continue to depend on agricultural gains and to face inumeral

problems in the making of their activities. Finally, the main goal of this essay is to present some characteristics concerning the approaches of family production and their survival strategies, either from agricultural or non-agricultural enterprises and the role that rural tourism has been playing in this process. Thus, our reflection is centered on the fluminense territory resulting from our investigations about the recent transformations on its rural space.

**Key Words:** Family Agriculture. Plural Activities. Rural Tourism. Fluminense Territory.

## **Introdução**

Assistimos, a partir da década de 1990, uma proliferação de estudos sobre a produção familiar e como afirma Wanderley (2000) “pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social”, e passou a ser vista como campo de ação de uma agricultura alternativa ao “padrão moderno vigente” que predominou na agricultura brasileira e que não contemplou a grande maioria dos produtores familiares. A agricultura familiar se afirma assim como uma categoria expressiva no meio rural brasileiro. Na busca de sua reprodução e sobrevivência, tem apresentado características como o trabalho em tempo parcial, em face de diminuição da jornada de trabalho favorecida pela incorporação de tecnologias de produção; e a liberação de membros da família para exercerem outras atividades, agrícolas e não agrícolas, complementando assim a renda familiar. Fenômeno esse denominado pluriatividade, o qual se expandiu, entre outros fatores, pela revalorização do mundo rural nas atividades associadas aos setores industriais e de serviços, que passaram a absorver, em suas atividades, trabalhadores oriundos de unidades de produção familiar.

A análise da produção familiar enseja um debate teórico e pode ser sintetizado em duas posições: uma que centra a análise na categoria Agricultura Familiar, derivado, sobretudo, do estudo elaborado conjuntamente pela FAO/INCRA (1994) e que passou a orientar as políticas de desenvolvimento rural implementadas pelo Estado Brasileiro; a outra, que preconiza a atualidade e eficácia do conceito de campesinato para a análise da produção em base familiar no Brasil, e que tem na luta pelo acesso à terra o eixo fundamental de análise. Estabeleceu-se assim um profícuo debate sobre a produção em base familiar e suas estratégias de sobrevivência no território brasileiro.

Destarte, o objetivo desse ensaio é o de apresentar algumas características sobre as abordagens da produção familiar e suas estratégias de sobrevivência, seja através de empregos agrícolas ou não-agrícolas, e o papel que o turismo rural vem desempenhando nesse processo. Nossa reflexão está centrada a partir do território fluminense resultado de nossas investigações sobre as transformações que estão ocorrendo em seu espaço rural.

### **O debate sobre a produção familiar**

A reflexão sobre a produção familiar remonta a autores clássicos como Chayanov (1974), Mendras (1976), Caio Prado Junior (1977), Guimarães (1979), entre outros e foi retomada nos anos 1990 com contribuições de Abramovay (1992), Wanderley (1994, 2000), Lamarche (1998), Fernandes (2002), entre outros.

Existe consenso que a produção familiar se caracteriza pelo trabalho familiar na exploração agropecuária e pela propriedade dos meios de produção. Para Wanderley (1999), a agricultura familiar se constitui na atualidade em um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares e nas quais o campesinato corresponde a uma dessas formas particulares da agricultura familiar.

A concepção que prioriza a agricultura familiar como unidade de análise centra-se nos estudos da FAO/INCRA (1994), que divide a exploração agrícola em modelo patronal e familiar (Quadro 1), e do estabelecimento do Programa Nacional de Produção Familiar – PRONAF. Objetiva-se estabelecer diretrizes e ações que levem ao desenvolvimento rural e à integração dos produtores familiares ao mercado e para tanto realiza uma classificação dos agricultores familiares brasileiros (Quadro 2).

Quadro 1 - **Diferença entre Propriedades Patronais e Familiares.**

<b>Patronal</b>	<b>Familiar</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Completa separação entre gestão e trabalho.</li> <li>• Organização centralizada.</li> <li>• Ênfase na especialização.</li> <li>• Ênfase nas práticas padronizáveis.</li> <li>• Predomínio do trabalho assalariado.</li> <li>• Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho e gestão intimamente relacionados.</li> <li>• Direção do processo produtivo diretamente assegurada pelos proprietários ou arrendatários.</li> <li>• Ênfase na diversificação.</li> <li>• Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida.</li> <li>• Trabalho assalariado complementar.</li> <li>• Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.</li> </ul>

Fonte: VEIGA, 2001.

Quadro 2 - **Classificação dos Agricultores Familiares.**

<b>Consolidados</b>	São produtores considerados empresários do setor, com boa liderança nas comunidades, buscam assistência técnica e creditícia, possuindo bom poder de análise e gerenciamento. São propriedades geralmente menores de 100 ha com concentração próximo a 50 ha.
<b>Em Transição</b>	São produtores de menor esclarecimento que os consolidados, buscam em menor intensidade a assistência técnica e creditícia, possuindo médio poder de análise e gerenciamento. São propriedades geralmente menores de 100 ha com concentração próximo a 20 ha.
<b>Periféricos ou de Subsistência</b>	A utilização do crédito rural é nula ou incipiente, pois não possuem viabilidade econômica para ter acesso a ele. Geralmente, tem dificuldades quanto ao gerenciamento da propriedade. Também considerado agricultor que mais se aproxima do camponês tradicional, onde a luta pela terra e contra as perversidades do capitalismo se faz presente. São propriedades geralmente menores de 50 ha com concentração abaixo de 20 ha.

Fonte: FAO/ INCRA, 2000.

Assim, a agricultura de propriedade familiar é caracterizada por estabelecimentos em que a gestão e o trabalho estão intimamente ligados, ou seja, os meios de produção pertencem à família e o trabalho é exercido por esses mesmos proprietários em uma área relativamente pequena ou média. Dessa forma, segundo a classificação da FAO/INCRA (2000) e Molina Filho (1979), os agricultores familiares estariam classificados em três eixos: consolidados, em transição e periféricos ou de subsistência (Quadro 2).

Os dois primeiros são produtores com maiores desenvolvimentos no mercado, onde a busca por assistência técnica e crédito ocorrem com maior frequência. Neste caso, o uso de média/alta tecnologia (máquinas, insumos, defensivos etc) é inevitável, sendo considerada uma agricultura dinâmica e de trabalhadores “qualificados” de acordo com o padrão capitalista. Esses agricultores também obtêm bons rendimentos de produtividade e lucro, sendo os modelos mais próximos de uma empresa rural familiar, contudo, inseridos em todos os padrões de agricultura familiar seguido pelo PRONAF.

O terceiro grupo, de agricultores periféricos ou de subsistência, é aquele onde a utilização do crédito é praticamente nula, sendo propriedades de baixa tecnologia e produtividade. Ressaltamos assim que este modelo de agricultor é o que mais se aproxima do camponês tradicional, visto que não mantém uma “dependência externa” e utiliza métodos tradicionais, com sua produção voltada para satisfazer as necessidades da família. A luta pela terra também é uma preocupação constante desse produtor rural, que sobrevivendo muitas vezes como trabalhador sem-terra, é obrigado a ocupar as terras pertencentes ao outro extremo da sociedade rural, o latifúndio.

Para compreender a problemática que envolve a questão da luta pela terra no século XX, devemos considerar que durante os anos de 60-80 predominou no Brasil um modelo de desenvolvimento econômico baseado na substituição de importações, no qual o objetivo era desenvolver a indústria e eliminar as relações “arcaicas” da agricultura. Esse processo ficou conhecido como “modernização da agricultura” e nele ocorreram modificações significativas na forma de produzir. Estas transformações, sobretudo as ligadas à alteração da base técnica de produção, estão inseridas em um movimento de mudanças significativas em nível econômico e territorial (MARAFON, 1998).

A corrente que centra sua análise na concepção da existência do campesinato tem em Fernandes (2002) um defensor, que em seu trabalho *Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar* resgata o conceito de camponês e explica que o uso do conceito de

agricultura familiar muitas vezes é supérfluo e de grande força teórico-política, e argumenta:

Em uma leitura atenta dos trabalhos acadêmicos, pode-se observar que os pesquisadores, que utilizam o conceito de agricultura familiar com consistência teórica, não usam o conceito de camponês. Já os pesquisadores que usam o conceito de camponês, podem chamá-los de agricultores familiares, não como conceito, mas como condição de organização do trabalho. Da mesma forma, ao se trabalhar com o conceito de camponês, pode-se utilizar as palavras: pequeno produtor e pequeno agricultor. Todavia, como existem muitos trabalhos que utilizam essas palavras como equivalentes do conceito de agricultura familiar, é necessário demarcar bem o território teórico,

e acrescenta que:

A organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária. Assim, na não realização da destruição efetiva do camponês, tenta-se refutar o conceito.

Em suas obras, Fernandes (2002) demonstra que a figura do camponês caminhou por alguns sistemas de organização da vida social e sobrevive até os dias de hoje – com relações capitalistas e não-capitalistas de produção – principalmente dentro dos movimentos sociais, como é o caso do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O autor opõe-se assim à idéia de que os agricultores familiares representam o novo, o moderno e o progresso; e os camponeses, o velho, o arcaico e o atrasado.

O autor considera ainda que o campesinato se reproduz no interior do capitalismo e se constitui como uma classe social deste modo de produção. Segundo Marques (2002), o campesinato não é apenas um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Este pode ser entendido como uma classe social que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. Dessa maneira, se por um lado, o mercado domina o campesinato; por outro, ele não o organiza.

Para Wanderley (1999), a agricultura familiar é um conceito genérico, que inclui uma diversidade de situações específicas e particulares; ao campesinato corresponde

uma dessas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade.

A autora considera que o campesinato tradicional “tem particularidades que o especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, as experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global” (WANDERLEY, 1999, p. 23).

O debate entre essas duas concepções foi sintetizado por Germer (2002, p. 47 e 48) em interessante artigo denominado *A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola*, no qual sinaliza que a denominação de agricultura familiar deriva da concepção norte-americana de produção familiar, na qual “o chamado produtor “familiar” representava o pequeno produtor ousado, o homem da fronteira, o pequeno industrial inovador e assim por diante, representado na agricultura pelo *farmer*”, e a de campesinato deriva da concepção européia de produção familiar baseado em Chayanov (1974), no qual a produção familiar é vista como “dotada de uma lógica própria e por isso capaz de resistir “a transformação capitalista”. Ainda de acordo com Germer (2002), a concepção norte-americana passa a prevalecer a partir dos anos 1990, no Brasil, enquanto a concepção européia predominou nos anos de 1970-1980.

Sobre esse debate, concordamos com Wanderley (1999) que a agricultura familiar é um conceito genérico e que o campesinato corresponde a uma das formas da agricultura familiar.

A valorização do mundo rural e as transformações que têm ocorrido nas unidades familiares de produção, como a diminuição do tempo destinado às atividades agrícolas, à diminuição da renda agrícola e à busca de outras atividades para complementação da renda, o retorno para as áreas rurais de pessoas oriundas do urbano, sobretudo aposentados, que passam a se dedicar não somente a atividades agrícolas, tem levado a uma busca de caracterização desses fenômenos, e que genericamente tem sido denominados de unidades familiares de produção pluriativas. Há também inúmeros estudos sobre esse fenômeno. Entre outros, destacamos Lamarche (1984), Clerk (1984), Lacombe (1984), Hubcher (1984), Shucksmith et al (1990, 1991), Carneiro (1998), Kageyama (1998), Teixeira (1998), Schneider (1999, 2003) e Anjos (2003).

### **A pluriatividade como estratégia de sobrevivência no meio rural.**

A pluriatividade remete a um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem se desenvolver no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração – industrialização em nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva – que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ ou em seu entorno (ANJOS, 2003). A pluriatividade, portanto, não se trata de um fenômeno conjuntural, mas o resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, em correspondente sincronia com a dinâmica da economia em geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modo de produção capitalista (ANJOS, 2003).

Este fenômeno não representa uma situação inteiramente nova no modo de funcionamento das formações sociais e econômicas agrárias. Podemos lembrar os estudos de Kautsky (1980) e Chayanov (1974) que se referem aos “trabalhos acessórios” e às “outras atividades não-agrícolas” como formas complementares de obtenção de renda e inserção econômica de pequenos proprietários.

Dessa forma, a noção de pluriatividade vem sendo utilizada para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural. De acordo com Fuller apud Schneider (1999, p. 367):

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar [...].

Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração.

Alentejano (1999) afirma que a pluriatividade é mais adequada como instrumento de análise da dinâmica agrícola, pois como a agropecuária não exige um tempo integral de trabalho, a sazonalidade do trabalho agrícola permite a combinação de atividades fora das propriedades rurais.

Na concepção de Graziano da Silva e Del Grossi (2002), o conceito de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internos ou externos à exploração agropecuária.

Ainda de acordo com Graziano da Silva e Del Grossi (2002), a pluriatividade incorpora os conceitos de diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial, sendo consideradas todas as atividades exercidas por todos os membros do domicílio, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizado dentro e/ou fora das explorações agropecuárias. Desse modo, a renda agrícola vem sendo cada vez mais insuficiente para a manutenção das famílias. A agricultura está se convertendo cada vez mais em uma atividade de tempo parcial, o que corresponde cada vez menos pela renda e pelo tempo de ocupação da família na agricultura.

A diversificação das fontes de renda e a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas tem possibilitado à população do meio rural elevar seu poder aquisitivo, "passando a demandar uma variada gama de bens de consumo" (SCHENEIDER, 1999, p. 174).

Entre as diversas possibilidades que se manifestam no espaço rural e que possibilitam a complementação de renda nas unidades familiares de produção, encontramos as atividades associadas à prática do turismo rural, que vem se expandindo cada vez mais no território brasileiro, e que tem sido estudadas entre outros por Silva et al (1998), Portuguez (1998), Almeida e Riedl (2000), Rodrigues et al (2001), Riedl et al (2002), Mendonça et al (2002), Silva e Almeida (2004).

### **O turismo rural como possibilidade de complementação de renda para as unidades familiares de produção.**

O desenvolvimento de atividades turísticas no espaço rural, de acordo com Graziano da Silva (1997), está associado ao processo de urbanização que ocorre na sociedade e no transbordamento do espaço urbano para o espaço rural. Para este autor, “novas” formas de ocupação passaram a proliferar no campo. Entre elas são destacadas: conjunto de profissões tidas como urbanas (trabalhadores domésticos, mecânicos, secretárias etc); moradias de segunda residência; atividades de conservação; áreas de lazer (hotéis-fazenda, fazenda-hotéis, pesque-pague etc). Essas “novas” atividades demandaram um número crescente de pessoas para dar sustentação à expansão das atividades turísticas no espaço rural, o que possibilitou que os membros das famílias, liberados das atividades rotineiras da exploração agrícola, pudessem ocupar as vagas geradas na expansão do turismo rural.

Na literatura, encontramos os anos 1980 como sendo o marco inicial da exploração do turismo rural no Brasil. Nos anos 1990, com a intensificação das atividades no espaço rural e com a crescente valorização da natureza, tivemos a expansão dessas práticas no meio rural.

As atividades associadas ao turismo rural têm contribuído para a complementação da renda familiar das unidades de produção, familiar ou não, pois o seu incremento gera a demanda por novos postos de trabalho, além de contribuir na melhoria da logística que proporciona suporte ao fluxo de turistas. A EMBRATUR (1994) considera que o turismo rural inclui todas as atividades – alternativas, domésticas, agroturismo, turismo – organizado para e pelos habitantes do país e é “compreendido como sendo toda maneira turística de visitar e conhecer o ambiente rural, enquanto se resgata e valoriza a cultura regional” (MENDONÇA et al., 2002). O turismo rural designa atividades diversas como, hotéis-fazenda, fazenda-hotéis, agroturismo, turismo de aventura, e que Rodrigues (2001) classifica como tradicional (de origem agrícola, pecuária e colonização) e contemporâneo (hotéis-fazendas, *spas* rurais, segunda residência) e Cavaco (2001, p. 28-29) faz uma importante observação ao afirmar que o turismo em “espaço rural tem pouco significado em termos de turismo e seus efeitos econômicos”.

A constatação da referida autora é um item importante para reflexão, uma vez que nos leva a indagar até que ponto os agricultores familiares se beneficiam dos resultados dessas atividades de turismo no espaço rural na atualidade? As suas atividades são somente uma possibilidade de uma “nova” ocupação, que permite sua inserção no mercado de trabalho através de ocupações como diaristas, caseiros, jardineiros, etc? São atividades que complementam a renda familiar, mas são efetuadas fora de sua propriedade, em hotéis-fazenda, fazenda-hotéis e nas áreas que proliferam as casas de segunda residência, e que caracterizam o turismo rural contemporâneo e de modo diferente do que ocorre com o turismo rural tradicional, no qual o turista vivencia as atividades desenvolvidas na propriedade rural.

No entanto, o turismo rural no Brasil não está livre de problemas como apontam Mendonça et al. (2002) e entre eles está a falta de planejamento e gestão, baixa capacidade econômica da população, dificuldade de acesso a informações. É necessário uma melhor capacitação profissional e políticas de estímulo à essa prática no território brasileiro. Acrescentaríamos ainda a necessidade de inclusão de forma mais efetiva dos agricultores familiares, além da capacitação efetuada pelos técnicos da EMATER, como do Estado do Rio de Janeiro, na orientação de desenvolvimento de artesanato e doces caseiros.

Destarte, no nosso entendimento, o turismo rural se afirma como mais uma alternativa que se coloca para os agricultores familiares venderem sua força de trabalho e complementar sua renda, reforçando o caráter pluriativo das unidades familiares de produção e inseridos no processo de produção do espaço, no qual, de acordo com Lefebvre (1999), estaríamos sob o signo de uma sociedade urbana, e que essa urbanização estruturaria o território; e que Santos (1993) aponta como passagem da urbanização da sociedade para a urbanização do território. A prática do turismo rural contemporâneo reflete essa prática, uma vez que os hotéis-fazenda, *spas* rurais e casas de segunda residência se localizam, preferencialmente, próximas às grandes concentrações urbanas.

Assim entendemos, como o tema proposto nessa mesa, que a pluriatividade é um fenômeno que tem se aprofundado em função da queda da renda agrícola e se torna um caminho a ser percorrido pelos membros das unidades familiares de produção, sobretudo em áreas próximas aos grandes centros urbanos, onde o fluxo de turistas em

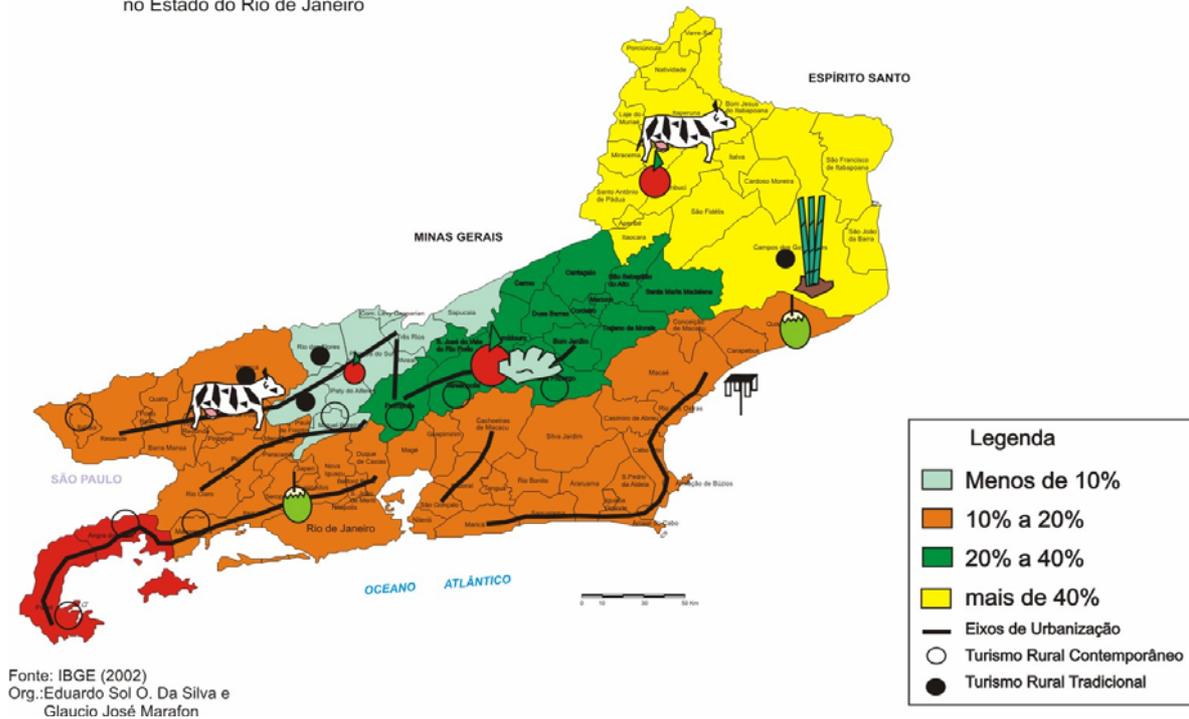
direção ao espaço rural tem sido mais intenso, com a revalorização do espaço rural e da natureza. Nesse sentido, essas atividades complementares podem ser vistas como oportunidades que se colocam para complementação da renda familiar. E esse fenômeno pode estar associado em áreas de colonização e de industrialização como muito bem analisado por Schneider (1999) ou em antigas áreas de exploração de café e cana-de-açúcar como no Rio de Janeiro ou ainda em áreas próximas às metrópoles onde proliferam hotéis e pousadas e casas de segundas residências, como na Região Serrana Fluminense, e estudado por Teixeira (1998).

Realizadas essas observações gerais, vamos exemplificar como esses processos se desenrolam no território fluminense.

### **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Turismo Rural: reflexões a partir do território fluminense.**

O Estado do Rio de Janeiro é o segundo pólo industrial do Brasil, produz cerca de 71% do petróleo nacional, sendo também o maior produtor de gás natural do país. Além disso, sua produção de pescado é significativa assim como a olericultura, horticultura e produção de leite. A sua paisagem natural é bastante diversificada, mas também bastante degradada devido às atividades socioeconômicas vivenciadas pelo Estado. Corresponde ao Estado mais urbanizado do país, com 95% de sua população vivendo em áreas urbanas, e de acordo com Rua (2002), o território fluminense é marcado por eixos de urbanização, nos quais ocorre uma urbanização mais densa, (Figura 1), percebemos assim uma redistribuição populacional e das atividades produtivas (LIMONAD, 1996, SANTOS, 2003).

Figura 1 - % de área ocupada por estabelecimentos até 100ha - 2002  
Eixos de urbanização, turismo rural e produtos agropecuários  
no Estado do Rio de Janeiro



O Estado apresenta muitos problemas em relação ao meio rural. A vasta concentração de população, de renda, de poupança, de condições de desenvolvimento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro gerou um forte desequilíbrio inter-regional, com exclusão política e social de parte da população do interior (MOREIRA, 2001). Segundo os resultados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2000), aproximadamente 10.871.960 indivíduos residem nos limites da área metropolitana, correspondendo a 75,6% da população estadual. Constituída por vinte municípios, a Região Metropolitana ainda se mantém como um marco polarizador de recursos (RIBEIRO, 2002).

Apesar da ainda enorme concentração da população fluminense em sua Região Metropolitana, surgem nos anos de 1990 algumas novidades em relação à dinâmica demográfica do Estado do Rio de Janeiro. A mais importante refere-se à simultaneidade de um movimento tendente à despolarização espacial, com a emergência de novos centros de porte médio no interior do Estado, e de outro, em sentido inverso, de consolidação dos centros urbanos metropolitanos (SANTOS, 2003). Apesar da expansão demográfica nas bordas metropolitanas manifestar-se desde, pelo menos, a

década de 1950, esse movimento não implicou numa desconcentração da população em direção ao interior, o que resulta no aumento do número das cidades médias, que eram 10 em 1980, e passaram para 17 em 2000. Destas, 10 localizam-se fora da Região Metropolitana (SANTOS, 2003).

Rua (2002, p. 47-48) assinala que no Estado do Rio de Janeiro “prevalece a projeção da metrópole carioca que intensifica o processo de urbanização” e essa intensa urbanização marca intensamente o território fluminense nas “dimensões política, cultural, comportamental, econômica, onde o significado dessa área urbana torna-se esmagador”.

O Interior Fluminense vem se destacando, não somente em termos de crescimento demográfico (ainda pequeno), mas no abastecimento de produtos agropecuários (hortigranjeiros, leite e produtos com nicho de mercado especializado como orgânicos, ervas-finas, leite de cabra, trutas etc), além de estar servindo como área de lazer para a prática de turismo rural, de ordem contemporânea, com a proliferação de hotéis-fazenda, pousadas, *spas* e casas de segunda residência. A prática desse turismo rural segue, em boa medida, os eixos de urbanização apontados na figura 1 e é uma prática alternativa ao turismo intenso que ocorre na Costa Fluminense (Costa Verde e do Sol).

Na tabela 3, temos uma radiografia da distribuição dos estabelecimentos agrícolas no Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 3 - **Estado do Rio de Janeiro:** área dos estabelecimentos (ha), número de estabelecimentos agropecuários (unidade) e pessoal ocupado (pessoas) por grupos de área total, 1996.

<b>Grupos de área total</b>	<b>Hectare</b>	<b>%</b>	<b>Unidades</b>	<b>%</b>	<b>Pessoas</b>	<b>%</b>
Menos de 1 ha	2.540,090	0,13	3.657	8,66	14.399	8,30
1 a menos de 10 ha	95.515,270	3,95	15.499	36,71	55.852	32,05
10 a menos de 50 ha	376.853,451	15,59	14.229	33,70	48.662	27,93
50 a menos de 100 ha	305.116,586	12,62	3.962	9,38	16.861	9,67
100 a menos de 500 ha	935.189,563	38,70	4.221	9,99	27.993	16,06
500 a menos de 1.000 ha	326.783,917	13,52	456	1,08	5.955	3,41
1.000 menos de 10.000 ha	362.207,182	14,99	191	0,45	4.482	2,57
10.000 a menos de 100.000 ha	12.098,548	0,50	1	0,002	23	0,01
<b>Total</b>	<b>2.416304,607</b>	<b>100,0</b>	<b>42.216</b>	<b>100,0</b>	<b>174.227</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1996.

Constata-se que mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários apresentam menos de 100 ha, o que imprime uma significativa importância à produção familiar e as estratégias que esses agricultores encontram para fazer frente à queda na renda agrícola e intenso processo de urbanização (Tabela 3).

De acordo com Ribeiro (2002, p. 21), apesar do Estado do Rio de Janeiro apresentar baixos totais, em relação aos totais nacionais, quanto às variáveis: pessoal ocupado, valor da produção, quantidade colhida e modernização; o seu quadro agrário apresenta relevância e contrastes no âmbito estadual. Estes contrastes são decorrentes de uma agropecuária tradicional, que domina a maior porção do território fluminense, diante de outra de caráter moderno. De um lado, produtos tradicionais, exemplificados pela cana-de-açúcar, além de cultivos de subsistência; do outro, culturas que requerem técnicas aprimoradas, como o tomate, a horticultura, a fruticultura e a olericultura, marcando o Cinturão Verde da metrópole, ocupando municípios integrantes das Regiões Serrana, Centro-Sul, e Noroeste Fluminense.

Os agricultores familiares, como grande maioria, passam por uma grave crise devido à concentração de renda e à falta de políticas agrícolas efetivas. As grandes propriedades sempre ocuparam uma parcela considerável do Estado do Rio de Janeiro (representam 11,5% dos estabelecimentos e ocupam uma área de 67,7% dos mesmos), tendo desempenhado papel relevante nas exportações agrícolas do País. Entretanto, após encerrar os ciclos fluminenses de exportação de açúcar, e café (respectivamente 1900-1930 e 1970-1980), a maioria das grandes propriedades voltadas para a comercialização desses produtos passou a se caracterizar pela falta de dinamismo das atividades agrárias nela desenvolvidas, devido à descapitalização decorrente da decadência das grandes lavouras comerciais. Isso contribuiu para que extensas áreas do Estado apresentem um nível de aproveitamento agrícola muito inferior ao potencial produtivo das terras, podendo-se mencionar o Vale do Paraíba, no qual predomina a pecuária bovina caracterizada por índices muito baixos de produtividade.

Por outro lado, verifica-se que os pequenos proprietários – bastante numerosos no Estado do Rio de Janeiro – têm poucas possibilidades de realizar investimentos em suas terras, uma vez que operam com retornos muito reduzidos para permitir a capitalização de suas unidades de produção. Esse é o caso dos pequenos proprietários fornecedores de leite às Cooperativas do Noroeste Fluminense, do Médio Vale e Centro Sul Fluminense,

os quais embora detenham a propriedade da terra, têm uma forma de inserção na produção regional que implica reduzida autonomia na condução do processo produtivo, e limitações quanto à possibilidade de investir em suas unidades de exploração. Em outros casos, como na Região Serrana, onde há o predomínio da produção de hortigranjeiros em pequenas propriedades, a pluriatividade é adotada como alternativa de fonte de renda pelos agricultores. Muitos, além de realizarem suas funções na propriedade agrícola, exercem atividades não-agrícolas (como caseiros, motoristas, empregados domésticos, fiscais de rodovia etc) nas casas de veraneio, nos hotéis e para as prefeituras da Região.

Constata-se que, em território fluminense, as transformações no espaço rural, como a prática do turismo rural e a disseminação de empregos não-agrícolas encontram-se associadas ao intenso processo de urbanização, e que pode ser sintetizado da seguinte forma: eixo que se desloca da RMRJ em direção a Angra dos Reis e Paraty, a Região da Bahia da Ilha Grande, também conhecida como Costa Verde, no qual se destacam as atividades de turismo e que tem provocado imensas transformações, com apelo intenso para o turismo de praia, histórico e ecológico. Esta região concentra em seu território grandes reservas de Mata Atlântica, inúmeras ilhas (entre elas a Ilha Grande), cidades históricas como Paraty. Grande parte do território integra áreas de proteção ambiental, o que inibe a prática de atividades agrícolas. A intensa ocupação por grandes hotéis de luxo e condomínios fechados tem provocado uma intensa especulação imobiliária e expulsado os produtores familiares de suas terras. A eles resta se inserir no mercado de trabalho urbano ou a prática de uma agricultura extrativista, com a exploração da banana e do palmito, e assessorados por técnicos governamentais da Emater e IBAMA e exercerem atividades não-agrícolas, trabalhando nos hotéis e condomínios; outro eixo que tem no turismo um forte vetor de crescimento é o que segue da RMRJ em direção a Cabo Frio, Búzios e Macaé, a Região das Baixadas Litorâneas (Costa do Sol). Observa-se um intenso crescimento de turismo de massa em direção ao litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, provocando uma intensa urbanização e a proliferação de segundas residências, o que levou ao fracionamento da terra e expulsão das atividades agropecuárias, para a criação de loteamentos e condomínios. A presença da Petrobrás em Macaé representa, na constatação de Rua (2002 p. 48), “uma avassaladora especulação imobiliária com profundas marcas de segregação socioespacial”.

Outro eixo de urbanização é o que ocorre no “topo da serra” e os principais representantes desse eixo são os municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis (RUA, 2002). Essa área é marcada pela produção de hortigranjeiros e flores, e que abastece a RMRJ. Apresenta também um tradicional e significativo pólo industrial (com destaque para a moda íntima), além da presença de inúmeros sítios de veraneio, casas de segunda residência, hotéis-fazenda, pousadas, *spas*, que associam seus estabelecimentos aos aspectos naturais da região. Corresponde a uma área de turismo alternativa ao turismo de praia da Costa Verde e do Sol. Nessa área ocorre uma intensa produção agrícola em bases familiar, centrado em pequenos estabelecimentos, na mão-de-obra-familiar e na baixa tecnificação da lavoura. Esses produtores, na grande maioria das vezes, ficam a mercê dos atravessadores que controlam o processo de comercialização da produção. Produzem alface, brócolis, couve-flor, tomate etc e acabam tendo uma baixa remuneração pela suas atividades agrícolas. Na complementação da renda familiar, se inserem no mercado de trabalho não-agrícola, exercendo atividades de jardineiros, caseiros, domésticos, ou trabalhando em empresas das cidades da região. Essa área também produz produtos, como orgânicos e hidropônicos, para um mercado consumidor restrito à zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Na Região Serrana Fluminense, nota-se a presença marcante de atividades relacionadas ao turismo rural contemporâneo e em sintonia com a produção familiar.

O território que engloba as Regiões do Médio Vale do Paraíba e Centro Sul Fluminense, além da produção leiteira, contribui com a produção de hortigranjeiros para o abastecimento da RMRJ, mas apresenta como marca na paisagem a atividade cafeeira, com presença das grandes casas nas sedes das fazendas, o que levou os municípios da área a organizarem o “Festival do Vale do Café”, porém não apresenta interatividade com os produtores familiares, que continuam a buscar sua complementação de renda nas indústrias da região, que concentram um grande número de empresas do setor metal-mecânico.

As Regiões Norte e Noroeste Fluminense, em função do distanciamento da Área Metropolitana, apresentam fortes características rurais, com a produção de leite, cana-de-açúcar, café e frutas. Esse quadro tem sido alterado com a presença da Petrobrás e seus *royalties*, que tem proporcionado empregos também para os agricultores dessas

regiões. O estabelecimento de um roteiro turístico associado à atividade canavieira é incipiente e encontra resistência por parte dos proprietários das fazendas.

### **Para não concluir**

O território Fluminense encontra-se marcado por um intenso processo de urbanização que tem provocado profundas transformações socioespaciais (RIBEIRO, 2002; RUA, 2002; SANTOS, 2003). Entre elas destacamos as atividades associadas ao turismo rural contemporâneo, com a proliferação de hotéis-fazenda, *spas*, pousadas, e casas de segunda residência, e a manutenção e até mesmo o aumento da produção familiar, conforme constatou Seabra (2004), em que o Estado do Rio de Janeiro apresenta participação expressiva na comercialização agrícola a partir da CEASA-RJ, especialmente as hortaliças, cuja produção tem aumentado nos últimos anos, como verificado na Região Serrana Fluminense. A proliferação dessas atividades possibilitou aos produtores familiares a inserção em atividades não-agrícolas e conseqüentemente o aumento da renda familiar. Porém esse processo ocorre nas áreas dos eixos de urbanização e próxima a RMRJ. Nas áreas mais distantes, os produtores familiares continuam na dependência da renda agrícola e enfrentando inúmeros problemas para a realização de suas atividades.

O espaço rural se transforma em decorrência da valorização de seus aspectos naturais e a manutenção da produção agrícola familiar se torna importante para a disseminação da imagem do espaço rural e natural vendido ao turista. Cabe a indagação: até que ponto as atividades do turismo rural contemporâneo beneficiam os produtores familiares com a oferta de empregos não-agrícolas (RODRIGUES, 2001)? Não seria mais uma forma de exploração da força de trabalho familiar? As evidências observadas no Estado do Rio de Janeiro nos levam a indicar a exploração dos produtores familiares, porém novas investigações e reflexões devem ser conduzidas.

### **Notas**

1 - Este ensaio insere-se em um projeto mais amplo denominado *Transformações Socioespaciais no Rural Fluminense* desenvolvido no NEGEF – Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense, no

Departamento de Geografia da UERJ. Desse núcleo, fazem parte diversos bolsistas de graduação e alunos de pós-graduação e os professores Gláucio José Marafon, João Rua e Miguel Ângelo Ribeiro, que o coordenam. Agradeço aos professores João Rua, Miguel Ângelo Ribeiro e Vera Lucia Salazar Pessoa pelas valiosas sugestões e críticas na elaboração do texto final, e ao bolsista de iniciação científica Eduardo Sol de Oliveira Silva pela contribuição na seleção, organização e representação dos dados e reflexão referente à bibliografia sobre a produção familiar. Trabalho apresentado no XVII ENGA, Gramado-RS, novembro de 2004.

## Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs, 1992.

ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EdiUPF, 1999. p. 147-173.

ANJOS, F. S. dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

ARF – Association Ruralist Française. **La pluriactivité des les familles agricoles**. Paris: ARF, 1984.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores & pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra-capa, 1998.

CAVACO, C. O mundo rural português: desafios e futuros. In: RODRIGUES, A. (Org.) **Turismo Rural**. São Paulo: Contexto, 2001. p.15-34.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução de Rosa Maria Rússovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision SAIC, 1974. 342 p.

CIDE. **Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro**, 2001.

ERRINGTON, A., GASSON, R. Labour Use in the Farm Family Business. **Sociologia ruralis**, Netherlands, v. 34, n. 4, p. 293-307, 1994.

FERNANDES, B. M. Espaços Agrários de Inclusão Social: novas configurações do campo brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002. Petrolina. **Anais...** Petrolina: UFPe, 2002. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA, XIII., 2002, João Pessoa. **Anais do ENG...** João Pessoa: AGB, 2002. 1 CD-ROM.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília, 1995.

FRIEDMANN, H. Simple Commodity Production and Wage Labour in the American Plains. **Journal of peasant studies**, London, v. 6, n. 1, p. 71-100, 1978.

GERMER, C. M. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. **Reforma agrária**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 47-61, jan./abr., 2002.

GOODMAN, D., REDCLIFT, M. **From peasant to proletarian**. Oxford: Basil Blackwell, 1981.

GRAZIANO da SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. O novo rural brasileiro. **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J.; Del Grossi. **A pluriatividade da agricultura brasileira, 2002**. Disponível em: [www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congresem/sober1.html](http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congresem/sober1.html). Acesso em: 15, set., 2002.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 362 p.

HESPANHOL, R. A. de M. **Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP**. 2000. 354 f. Tese (doutorado em Geografia) – IGCE, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

IBGE. **Censo agropecuário de 1920**. Rio de Janeiro, 1920.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário de 1940**. Rio de Janeiro, 1940.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário de 1950.** Rio de Janeiro, 1950.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário de 1970.** Rio de Janeiro, 1970.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário de 1975.** Rio de Janeiro, 1975.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário de 1980.** Rio de Janeiro, 1980.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário de 1985.** Rio de Janeiro, 1985.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário de 1996.** Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. **Censos Demográficos, 1950.** Rio de Janeiro, 1950.

\_\_\_\_\_. **Censos Demográficos, 1970.** Rio de Janeiro, 1970.

\_\_\_\_\_. **Censos Demográficos, 2000.** Rio de Janeiro, 2000.

INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar:** o Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

JOLLIVET, M. L'Analyse fonctionnelle-structurelle en question ou la théorie nécessaire. In: JOLLIVET, M.; MENDRAS, H. **Les collectivités rurales française.** Sociétés Paysannes ou Lutte de Classes au Village? Paris: Librairie Armand Colin, 1974. p. 155-230.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XXXVI, 1998, Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas: SOBER, 1998. v. 2, p. 555-556.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Portugal: Proposta, 1980.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.) **A agricultura familiar:** comparação internacional - uma realidade multiforme. Campinas: Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar** - do mito à realidade. Campinas: Unicamp, 1998. 348 p.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Humanitas, 1999.

- LÊNIN, I. U. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).
- LIMONAD, E. **Os lugares da urbanização** – o caso do Interior Fluminense. 1996. 247 f. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- MANN, S., DICKINSON, J. Obstacles to the development of a capitalist agriculture. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 5, n. 4, p. 466-481, 1978.
- MARAFON, G. J. Industrialização da Agricultura e Formação do Complexo Agroindustrial no Brasil. **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7-21, jun., 1998.
- MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). **Revisitando o território fluminense**. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.
- MARQUES, M. I. M. A Atualidade do Uso do Conceito de Camponês. In: ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XIII, 2002, João Pessoa. **Anais ENG...** João Pessoa: AGB, 2002. 1 CD-ROM.
- MEDEIROS, S. M. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2002. 127 p.
- MENDONÇA, M. C. et al. **Turismo no espaço rural: debate e tendência**. Disponível em: < <http://dae2.ufla.br/revista2002.htm> >. Acesso em: 12, abr., 2003.
- MENDRAS, H. **Sociétés paysannes**. Paris: Armand Colin, 1976. 368 p.
- MOLINA FILHO, J.; BURKE, T. J. **Fundamentos teóricos e instrumentos para a assistência à agricultura**. Piracicaba: Esalq, 1979. 86 p.
- MOREIRA, R. Uma análise crítica do modelo de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, R. et al. **Anais do Seminário**. Niterói: EDUFF, 2001. p. 127-132.
- PONTES, B. M. S. Pequena produção em face da tecnologia e da pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** Petrolina: Editora da UFPe, 2002. 1 CD-ROM.

PORTUGUEZ, A. **Agroturismo e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Hucitec, 1998.

PRADO JUNIOR, C. Problemas de povoamento e a divisão da propriedade Rrural (1946). In: \_\_\_\_\_. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: MDA/INCRA, 2000.

PRONAF – **Programa nacional da agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/atuar/pronaf.htm>>. Acesso em: 05 de maio, 2004.

RIBEIRO, M. A. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.). **Estudos de geografia fluminense**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 13-26.

RIEDL, M. et al (Org.). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2002.

RODRIGUES, A. (Org.). **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, 2001.

RUA, J. Urbanização em áreas rurais no Estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, G. J. & RIBEIRO, M. F (Org.). **Estudos de geografia fluminense**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 43-70.

SANTOS, A. M. **Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 359 p.

SCHUKSMITH, M.; SMITH, R. Farm household strategies and pluriactivity in Unpland Scotland. **Journal of agricultural economics**, Ashford, UK, v. 42, n. 3, p. 340-353, 1991.

SEABRA, R. **Comercialização agrícola no estado do Rio de Janeiro**: o papel do sistema CEASA-RJ. 2004. 67 f. Monografia (graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SERVOLIN, C. L. **L'agriculture moderne**. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

SILVA, E. S. O. da. Estudos sobre agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro: a ausência do PRONAF na Região Noroeste Fluminense. **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 75-81, 1º semestre, 2003.

SILVA, A. e ALMEIDA, M.. Turismo rural na região metropolitana de Goiânia: as especificidades do turismo rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, VI, 2004, Goiânia. **Anais...** Goiânia: AGB, 2004, CD-ROM.

TEIXEIRA, V. **Pluriatividade e agricultura familiar na região Serrana do Rio de Janeiro**. 1998. Dissertação (mestrado em geografia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1998.

VEIGA, J. E. da et al. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. **Série textos para discussão n° 1**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/ CNDRS/ Nead), 2001. 108 p.

WANDERLEY, M. N. B. Brasil: exploração familiar ou latifúndio? In: LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Paris: L'Harmattan, 1994. v. 2, p. 20-27.

\_\_\_\_\_. A modernização sob o comando da terra – os impasses da agricultura moderna no Brasil. **Idéias**, Campinas, ano 3, n. 2, p. 25-54, jul./dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. Passo Fundo: EDUPF, 1999.

\_\_\_\_\_. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In.: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL XXXVIII, 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SOBER, 2000, 1 CD-ROM.